

DECRETO Nº 18.630 DE 30 DE AGOSTO DE 2000

EMENTA: Aprova o Regulamento do Concurso Ary Severo e Firmo Neto, a ser promovido, conjuntamente, pelo Governo do Estado de Pernambuco e pela Prefeitura da Cidade do Recife, para seleção de Projetos de Obras Audiovisuais Cinematográficas de Curta Metragem de Produção Pernambucana Independente.

O PREFEITO DA CIDADE DO RECIFE, no uso de suas atribuições e objetivando desenvolver criações de Obras Audiovisuais Cinematográfica de Curta Metragem e Produção Pernambucana Independente,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o Regulamento do Concurso Público Ary Severo e Firmo Neto, a ser promovido, conjuntamente, pelo Governo do Estado de Pernambuco e pela Prefeitura da Cidade do Recife.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Prefeito Antônio Farias, em 30 de agosto de 2000.

RAUL HENRY
PREFEITO

SÉRGIO ROSEIRA SALDANHA
Secretário de Cultura, Turismo e Esportes

EMÍLIO PAULO PINHEIRO D'ALMEIDA LINS
Secretário de Assuntos Jurídicos

LUIZ GONZAGA LEITE PERAZZO
Secretário de Finanças

CONCURSO ARY SEVERO E FIRMO NETO

REGULAMENTO

CAPÍTULO I

DO OBJETO

Art.1º - Constitui objeto deste Concurso, a seleção de Projetos de Obras Audiovisuais Cinematográficas de Curta Metragem de Produção Pernambucana Independente, e a concessão dos Prêmios denominados **Ary Severo e Firmo Neto**, outorgados, respectivamente, pelo Governo do Estado de Pernambuco e Prefeitura da Cidade do Recife, aos Projetos Vencedores.

Art.2º - Os Projetos deverão abordar temática e valores culturais que expressem características brasileiras.

CAPITULO II

DO PRAZO E LOCAL DE INSCRIÇÃO

Art 3º - As inscrições para o Concurso deverão ser realizadas pelos concorrentes ou seus procuradores, entre o período de 16 a 31 de outubro de 2000, no horário e expediente do Serviço Público Municipal, no endereço abaixo indicado:

Teatro do Parque
Divisão de Múltiplos
Rua do Hospício, 81
CEP 50060-080 - Boa Vista - Recife - PE
Fone: 4236434

Parágrafo Primeiro - O Regulamento do Concurso poderá ser obtido a partir do dia 04 de setembro de 2000, no horário do Serviço Público Municipal, no endereço supracitado. O Regulamento poderá também ser acessado, na internet, nos endereços <http://www.cultura.pe.gov.br> (Secretaria de Cultura do Estado de Pernambuco) ou <http://www.recife.pe.gov.br/empreg/cultura> (Prefeitura da Cidade do Recife). Junto ao Regulamento, será fornecido disquete com Formulários Padrão para preenchimento de dados sobre o Projeto.

Parágrafo Segundo - Para os concorrentes que tenham domicílio fora do Recife, será admitido pedido de inscrição via Sedex, dirigido diretamente à Secretaria de Cultura do Estado de Pernambuco, no endereço constante no Art. 3º deste Regulamento, e postado até o último dia estabelecido para as inscrições.

Parágrafo Terceiro - Adotada a hipótese do Parágrafo Segundo, a Secretaria de Cultura do Estado de Pernambuco encaminhará ofício de informação do recebimento da inscrição ao concorrente, no prazo de 07 (sete) dias.

Art. 4º - Os concorrentes deverão apresentar os respectivos pedidos de inscrições dos Projetos mediante requerimento dirigido à Secretaria de Cultura do Estado de Pernambuco, no endereço constante no Art. 3º deste Regulamento, contendo dois Envelopes lacrados:

- I - Um envelope destinado à Documentação de Habilitação;
- II - Um envelope para o Projeto Técnico.

Parágrafo Primeiro - Serão eliminadas inscrições de concorrentes nas quais figurem membros da Comissão Julgadora nas condições de diretor, produtor, roteirista ou de participante a qualquer título do Projeto a ser realizado, podendo a inscrição ser impugnada em qualquer fase do concurso.

Parágrafo Segundo - Cada concorrente só poderá inscrever 01 (um) roteiro.

Art. 5º - Serão consideradas habilitadas as pessoas físicas que apresentarem a seguinte Documentação:

- I - Comprovante de que reside há pelo menos dois anos no Estado de Pernambuco;
- II - Comprovante de Registro perante a Fazenda Municipal do Recife (ISS) ou qualquer outro Município do Estado de Pernambuco;
- III - Declaração de Compromisso Formal do concorrente em complementar os recursos de produção de obra audiovisual proposta, na hipótese dos custos excederem o valor do Prêmio estabelecido, sem prejuízo dos prazos estabelecidos neste Regulamento;
- IV - Comprovante de Cessão de Direitos de Adaptação de Obra Literária ou Promessa de Cessão, com prazo de validade de, no mínimo, 01 (um) ano, se for o caso, ou Declaração de Autenticidade;
- V - Currículo resumido do concorrente, com no máximo 01 (uma) lauda;
- VI - Cópias Autenticadas da Cédula de Identidade e do CIC.

Parágrafo Primeiro - Os documentos dos itens I a V deverão ser apresentados em original ou por qualquer processo de Cópia Autenticada por Cartório competente.

Parágrafo Segundo - Este envelope só será aberto após o resultado do concurso.

Art. 6º - O Projeto Técnico deverá conter os seguintes itens, preenchidos no disquete fornecido durante o período de distribuição do Regulamento, ou descarregado da Internet nos endereços citados no Parágrafo Primeiro do Art. 3º:

- I - Título do Projeto e Pseudônimo do autor;
- II - Justificativa do Projeto;
- III - Sinopse do Projeto, no máximo com 03 (três) laudas;
- IV - Roteiro com divisão por Sequências e os Diálogos desenvolvidos, quando couber;
- V - Orçamento;
- VI - Plano de Produção.

Parágrafo Primeiro - Os dados preenchidos no disquete (em Fonte Arial, tamanho 10, modo normal) deverão ser impressos em papel branco, formato A4, em cinco vias encadernadas com espiral preto, sem capa.

Parágrafo Segundo - No caso de Projetos de Animação, os mesmos deverão conter Story Board anexo.

CAPÍTULO III

DA COMISSÃO JULGADORA E DA PREMIAÇÃO

Art. 7º - A Comissão Julgadora designada pelos Secretários de Cultura do Estado de Pernambuco e de Cultura, Turismo e Esportes da Prefeitura da Cidade do Recife será constituída por cinco membros que julgarão os Projetos na forma deste Regulamento.

Art. 8º - A Comissão Julgadora se reunirá na sede da Secretaria de Cultura do Estado de Pernambuco para apresentação do resultado final.

Art. 9º - A decisão de mérito da Comissão Julgadora é soberana, definitiva e irrecurável.

Parágrafo Único - Caberá recurso, no prazo de 10 dias a contar da data da decisão da Comissão Julgadora, na hipótese de infringência de Normas deste Regulamento, ao Secretário de Cultura do Estado de Pernambuco.

Art. 10º - A decisão da Comissão Julgadora, proclamando os Projetos Vencedores, será publicada no Diário Oficial do Estado e do Município, no dia 23 de novembro de 2000.

Art. 11 - Serão selecionados 02 (dois) Projetos com a premiação de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) cada um, cabendo ao Governo do Estado de Pernambuco o Prêmio Ary Severo e à Prefeitura da Cidade do Recife o Prêmio Fermo Neto, havendo incidência dos impostos previstos na legislação em vigor.

Art. 12 - O Prêmio destinar-se-á à efetiva realização do Projeto, conforme objeto deste Regulamento.

Art. 13 - Os concorrentes vencedores receberão seus Prêmios após publicação do resultado, em data a ser definida.

Parágrafo Único - Os concorrentes vencedores terão o prazo de 15 (quinze) dias, da publicação do resultado no Diário Oficial, para assinatura do Contrato de Realização de Obra Certa com Cessão Parcial de Direitos.

Art. 14 - O filme pronto (cópia em película 35mm, som ótico e mais duas cópias em Betacam que serão doadas ao MISPE e à Filmoteca Alberto Cavalcanti da FCCR), deverão ser entregues no prazo máximo de até 06 (seis) meses a contar da data da assinatura do Contrato.

Parágrafo Único - No caso do contratado não cumprir o prazo, conforme o estabelecido no caput deste artigo deverá devolver o prêmio recebido, atualizado com os encargos previstos na Legislação vigente.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 15 - A inscrição do concorrente implica na prévia e integral concordância das normas deste Concurso.

Art. 16 - A Cessão Parcial de Direitos, de caráter vitalício, sobre o projeto audiovisual realizado com recursos deste Concurso para o Governo do Estado de Pernambuco e a Prefeitura da Cidade do Recife, restringe-se, exclusivamente, à sua utilização nos segmentos de televisões públicas e estatais brasileiras e nos canais básicos de utilização gratuita de televisão por assinatura, destinados à educação e cultura, em canais de TVs comerciais em até um minuto, desde que para fins institucionais, nos estabelecimentos de 1º, 2º e 3º graus públicos e privados, em empresas e fundações públicas e em associações culturais e comunitárias.

Art. 17 - Nos créditos do filme deverão constar, obrigatoriamente, o nome e a logomarca do Governo do Estado de Pernambuco e da Prefeitura da Cidade do Recife.

Art. 18 - Para os efeitos deste Regulamento, entende-se que:

I - Curta-metragem em 35mm é aquele cuja cópia final é impressa e apresentada em filme 35mm, podendo, no processo de realização, ser empregados Formatos e Suportes diversos de captação de imagem.

II - Obra Audiovisual Cinematográfica de Curta Metragem é aquela cuja duração é igual ou inferior a 15 (quinze) minutos.

III - Os Projetos não premiados deverão ser retirados pelos seus autores proponentes, no endereço do Art. 3º, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação do resultado do Concurso. Expirado o prazo, os Projetos serão destinados aos acervos do MISPE e da Divisão de Mídias da FCCR.

Art. 19 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Julgadora.

Secretaria de Cultura, Turismo e Esportes

EDITAL DO CONCURSO ARY SEVERO E FIRMO NETO

O Governo do Estado de Pernambuco e a Prefeitura da Cidade do Recife tornam público a realização conjunta do Concurso Ary Severo e Fermo Neto, destinado a selecionar e premiar Projetos de Obras Audiovisuais Cinematográficas de Curta Metragem de Produção Pernambucana Independente, com base na Lei 8.666/93 e de acordo com as condições estabelecidas no Regulamento do Concurso, à disposição dos interessados no Teatro do Parque, Rua do Hospício, nº 81 e na sede da Secretaria Estadual de Cultura, à Rua da Aurora, nº 457, ambos no bairro da Boa Vista, Recife/Pernambuco, a partir do dia 04 de setembro do corrente ano.

Recife, 30 de agosto de 2000.

RAMIRES COTIAS TEIXEIRA

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PORTARIA N.º 1807 DE 30 DE AGOSTO DE 2000

O PREFEITO DA CIDADE DO RECIFE, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Nomear, **PATRICIA DE ARAUJO FERNANDES**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Jurídico, Símbolo DDP, da Secretaria de Educação.

RAUL HENRY

PREFEITO DA CIDADE DO RECIFE

PORTARIA N.º 1805 DE 28 DE AGOSTO DE 2000

O PREFEITO DA CIDADE DO RECIFE, no uso de suas atribuições,

CONSIDERANDO a necessidade de mobilizar servidores especializados, com experiência em fiscalização de serviços de restauro e reforma de teatros, com a finalidade de acompanhar as obras contratadas de reforma, climatização e tratamento acústico do Teatro do Parque,

RESOLVE:

I - Criar no âmbito da Secretaria de Cultura, Turismo e Esportes, Comissão Técnica de Coordenação das Obras do Teatro do Parque, que deverá ser composta pelos servidores a seguir qualificados:

Simone Silva Osias, Mat. 448-0, FCCR, Arquiteta, Coordenadora Geral do Projeto.

Romero Teixeira Pereira, Mat. 15.794-, Gabinete do Vice-Prefeito, Arquiteto, fiscal da obra.

Fabiana Lacerda Siqueira Campos, Mat. 30.442-5, FCCR, Engenheira, fiscal da obra.

II - Os integrantes desta comissão técnica não farão jus a qualquer tipo de gratificação.

III - Esta Portaria entrará em vigor nesta data com vigência até 31.10.2000.

Publique-se e cumpra-se.

RAUL HENRY

Prefeito

Republicada por ter saído com incorreções